



Processo de parecer n. 9/PP/2021 — G

Relatora: Dra. Maria Emília Morais Carneiro

Objecto: Fracção de Escritório com escritório de Advogado e Sociedade de Contabilidade

Aprovação: 23 de Julho de 2021

PARECER

Veio a Sra. Dra. (...) solicitar ao Conselho Geral da Ordem dos Advogados, a emissão de parecer sobre as seguintes situações:

- 1- A possibilidade de um advogado com domicílio profissional na cidade do (...), pretender instalar-se na cidade de (...), numa fracção com vários escritórios, em que num desses escritórios se encontra a laborar uma sociedade de contabilidade. A entrada da fracção é única. No entanto, os vários escritórios são independentes, estando garantidos os deveres instituídos no Estatuto da Ordem dos Advogados;
- 2- Um site de um advogado/sociedade de advogados pode referir o estabelecimento de parcerias com empresas de consultoria para os negócios e gestão?



Convém definir antes de mais o conceito de escritório de advogado, o qual não concretamente regulamentado, está implícito no nº 2 do art.º 186º do E.O.A. "Todas as comunicações previstas no presente Estatuto e nos regulamentos da Ordem dos Advogados devem ser feitas, salvo disposição legal expressa em contrário, para o domicílio profissional." e no nº 1 do art.º 9º do Regulamento de Inscrição dos Advogados e Advogados Estagiários (Reg. nº 913-C/2015 de 28 de Dezembro) "O requerimento de inscrição de Advogado é apresentado junto do Conselho Regional competente em razão do domicílio escolhido como centro da sua vida profissional, com a indicação deste, do nome completo e demais dados de identificação do requerente, cargos e atividades exercidos, telefone, número de fax, endereço de correio eletrónico, bem como a sua morada."

E embora não se descreva em concreto quais as características obrigatórias de um escritório de advogado, o art.º 91º al. h) do E.O.A. menciona que constitui dever do advogado "Manter um domicílio profissional dotado de uma estrutura que assegure o cumprimento dos seus deveres deontológicos (...)"

O tratamento deste assunto é remoto pois já sofrera consagração no Acórdão do Conselho Superior de 19-07-1962, R.O.A., 23,172 – mencionando que o advogado tem " o dever de manter o escritório com o mínimo de organização."

Posto isto a primeira questão suscitada pela consulente prende-se com a situação de partilha do mesmo domicílio profissional, mas exercendo as respectivas profissões em gabinetes autónomos, ou seja, em espaços físicos distintos, embora com o mesmo número de porta de entrada.

Entre os deveres que sobressaem assegurar no domicílio profissional do advogado destacam-se a isenção, independência e o segredo profissional, além do que deve sempre garantir-se a



inexistência de conflitos de interesse e impedir-se a angariação de clientela, artigos 89º, 90º, 92º e 99º do E.O.A.

No caso em apreço, parece-nos aceitável que na mesma fracção com entrada "comum", tenham o seu domicílio profissional uma sociedade de contabilidade e um advogado, desde que exerçam as suas funções em salas distintas e nenhum dos serviços seja comum, devendo essas salas ser absolutamente autónomas no sentido de garantirem o respeito integral dos referidos deveres dos advogados, com especial enfoque na preservação do segredo profissional e a não permissão da angariação ilícita de clientela.

Pergunta também a Sra. Advogada se, um site de um advogado/sociedade de advogados pode referir o estabelecimento de parcerias com empresas de consultoria para os negócios e gestão?

O preceituado no artigo 94º do EOA, relativo à publicidade dos advogados e sociedades de advogados deve ser analisado sob os princípios deontológicos que devem estar presentes na publicitação do exercício da advocacia, nomeadamente quanto ao conteúdo e suporte da mensagem, sendo eles: o princípio da integridade (art.º 88º EOA); o princípio da proibição de solicitação ilícita de clientes (art.º 90º n.º 2 al. h); a proibição de prejudicar os fins e o prestígio da Ordem e da Advocacia (art.º 91º al. a); o segredo profissional (art.º 92º) e a proibição de discussão pública de questões profissionais (art.º 93º). Ou seja, na apreciação da licitude ou ilicitude da publicidade, deve ser feita uma ponderação valorativa e hierárquica dos princípios deontológicos subjacentes às regras de publicidade e concorrência.



Evidentemente que os advogados e sociedades de advogados não podem ficar excluídos da publicidade virtual nas redes sociais, contudo só poderão dela usufruir se cumprirem as regras deontológicas atrás referidas.

Deste modo, será lícita a publicidade através dos meios informáticos se cumpridos os requisitos previstos no n.º 3 do art.º 94º do EOA.

Sendo nosso entendimento que a referência num site de advogado/sociedade de advogados do estabelecimento de parcerias com empresas de consultoria para os negócios e gestão, não se enquadra naqueles requisitos, não podendo estes publicitar sobre as parcerias que têm com outras empresas pois esta informação não encontra acolhimento em nenhuma das alíneas daquele artigo, pois não se trata da prestação de informações gerais, mas antes de um conteúdo persuasivo para atrair clientes. E conforme preceitua a al. a) do n.º 4 do art.º 94º do EOA a divulgação da actividade profissional de advogado ou sociedade de advogados deve excluir a colocação de conteúdos persuasivos, de auto engrandecimento (...).

Por todo o exposto e em

CONCLUSÕES

1. Constitui dever do advogado manter domicílio profissional dotado de uma estrutura que assegure o cumprimento dos seus deveres deontológicos al. h) do art.º 91º E.O.A;



2. O exercício da advocacia e o exercício de uma sociedade de contabilidade enquanto tal, podem ter o mesmo domicílio profissional desde que exerçam as suas funções em salas distintas e nenhum dos serviços seja comum, devendo essas salas ser absolutamente autónomas no sentido de garantirem o respeito integral dos referidos deveres dos advogados com especial enfoque na preservação do segredo profissional e a não permissão da angariação ilícita de clientela;

3. Ao abrigo do disposto no art.º 94º do EOA a divulgação da actividade profissional dos advogados e das sociedades de advogados deve ser feita de forma objectiva, verdadeira e digna, no rigoroso respeito dos deveres deontológicos, do segredo profissional e das normas legais sobre publicidade e concorrência;

4. Um site de advogado ou sociedade de advogados que mencione o estabelecimento de parcerias com empresas de consultoria para os negócios e gestão, viola o disposto na al. a) do nº 4 do art.º 94º do EOA o qual dispõe que a divulgação da actividade profissional de advogado ou sociedade de advogados deve excluir a colocação de conteúdos persuasivos, de auto engrandecimento (...), considerando-se um acto ilícito de publicidade.

Ao próximo Plenário.

Tavira, 29 de Junho de 2021



ORDEM DOS ADVOGADOS

CONSELHO GERAL

Pelo C. Geral a Relatora

Maria Emília Morais Carneiro

Aprovado em reunião plenária do Conselho Geral de 23 de Julho de 2021